



Centrais Sindicais Intensificam Mobilização pela Regulamentação da Convenção 151 e pelo Fim da Escala 6x1

A Condsef/Fenadsef e suas entidades filiadas participaram, no último dia 08 de maio, da Plenária Nacional Virtual das Centrais Sindicais, atividade que reuniu representantes de mais de 500 sindicatos, federações, confederações e movimentos sociais de todo o país. O encontro teve como foco principal a organização e o fortalecimento da mobilização nacional em defesa de pautas consideradas prioritárias para os servidores públicos e toda a classe trabalhadora brasileira.

Entre os principais temas debatidos estiveram a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece o direito à negociação coletiva no setor público, além dos projetos relacionados à redução da jornada de trabalho e ao fim da escala 6x1 sem redução salarial.

Como encaminhamento da plenária, a CUT e as demais centrais sindicais anunciaram uma ampla força-tarefa de mobilização no Congresso Nacional. A primeira etapa acontece entre os dias 11 e 14 de maio, com visitas aos gabinetes parlamentares para dialogar diretamente com deputados e senadores sobre a importância da aprovação das propostas. Uma segunda mobilização já está prevista para ocorrer entre os dias 18 e 21 de maio, também em Brasília.

Além da atuação no Congresso, as entidades sindicais irão intensificar o diálogo com parlamentares em seus respectivos estados. O presidente nacional da CUT, Sérgio Nobre, destacou durante a plenária que a pressão popular e a articulação sindical serão fundamentais para



garantir o avanço das propostas no Legislativo.

A mobilização também ganhou reforço por meio de ferramentas digitais voltadas à atuação sindical. Um aplicativo será utilizado para registrar as visitas aos parlamentares e mapear o posicionamento dos deputados sobre os projetos em debate. Já a plataforma “Na Pressão” permitirá o envio eletrônico de mensagens diretamente aos representantes no Congresso, ampliando a participação da sociedade na campanha.

Outro destaque da plenária foi a apresentação da cartilha “Por que Queremos o Fim da Escala 6x1 e a Redução da Jornada de Trabalho sem Redução de Salários”, produzida pelo Di-eese. O material busca subsidiar os debates e fortalecer a conscientização da população sobre os impactos positivos da redução da

jornada de trabalho na qualidade de vida dos trabalhadores.

A previsão é de que a votação do projeto relacionado ao fim da escala 6x1 ocorra no próximo dia 27, na Câmara dos Deputados. Já o Projeto de Lei nº 1.893/2026, que trata da regulamentação da negociação coletiva no setor público, deverá ser apreciado na primeira quinzena de junho, conforme informou o relator da matéria, deputado André Figueiredo.

As centrais sindicais reforçam que a participação dos trabalhadores será decisiva para pressionar o Congresso Nacional e garantir avanços históricos para o funcionalismo público e para toda a classe trabalhadora brasileira. A luta pela valorização do trabalho, melhores condições de vida e garantia de direitos segue como prioridade do movimento sindical.



Renda média das famílias chega a R\$ 2.264

O rendimento médio mensal das famílias brasileiras chegou a R\$ 2.264 por pessoa em 2025. Esse valor representa crescimento real – já descontada a inflação – de 6,9% em relação a 2024. É também o maior já apurado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), iniciada em 2012.

O dado de 2025 representa o quarto ano seguido de alta no rendimento dos domicílios, segundo o levantamento divulgado nesta sexta-feira (8) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Rio de Janeiro.

Para consolidar o cálculo, o IBGE apura os valores de todos os rendimentos recebidos pelos integrantes das famílias e divide pelo número de moradores do domicílio.

Diferenças pelo país

A pesquisa traz informações relativas às unidades da Federação. O Distrito Federal e estados do Sul e Sudeste lideram o ranking do rendimento domiciliar per capita.

Nas piores posições aparecem Ceará (R\$ 1.379), Acre (R\$ 1.372) e Maranhão (R\$ 1.231).

Por região, o maior valor pertence ao Sul (R\$ 2.734), seguido do Centro-Oeste (R\$ 2.712) e Sudeste (R\$ 2.669). Os menores rendimentos são do Nordeste (R\$ 1.470) e Norte (R\$ 1.558).

Trabalho e outras fontes

Segundo a pesquisa, 75,1% do rendimento médio mensal vêm do trabalho e 24,9%, das chamadas “outras fontes”.

Ao detalhar os rendimentos que não decorrem do trabalho, o

IBGE mostra que a maior parte corresponde à aposentadoria e pensão, com 16,4%. Programas sociais aparecem na sequência, com 3,5%; seguidos de aluguel e arrendamento (2,1%), outros (2%) e pensão alimentícia, doação e mesada de não morador (0,9%).

Nordeste

Ao observar a origem do rendimento, o IBGE aponta que o Nordeste está abaixo da média nacional em relação à parcela que vem do trabalho; e acima em relação à parcela de outras fontes.

Na região, 67,4% do rendimento vêm de trabalho. As outras fontes respondem por 32,6% do orçamento das famílias.

Enquanto na média do país as aposentadorias e pensões representam 16,4% do rendimento, no Nordeste a proporção é 20,4%. Quando a origem é programa social do governo, a parcela do Nordeste chega a 8,8% – a maior do país.

Renda individual

A Pnad detalhou também informações específicas sobre a renda dos brasileiros, com dados individuais, sem dividir pelo número de pessoas que formam a família.

Em 2025, o Brasil tinha 212,7 milhões de pessoas, sendo 143 milhões com algum tipo de rendimento, o que representa 67,2% da população. É o maior nível já registrado, superando o recorde que pertencia a 2024 – 140 milhões e 66,3%, respectivamente.

A parcela de brasileiros com rendimento do trabalho alcançou 47,8% da população, e dos que receberam alguma outra fonte, 27,1%. As duas marcas são recorde.

Nesse segundo grupo, aposen-

tadoria e pensão previdenciária eram a fonte de rendimento mais comum, representando 13,8% da população, maior patamar da série histórica. Em 2012, 11,7% das pessoas recebiam dinheiro de aposentadorias e pensão.

Os brasileiros que recebiam programa social do governo, como o Bolsa Família, eram 9,1% – levemente abaixo do ano anterior (9,2%), mas em nível superior ao observado no período pré-pandemia. Em 2019, 6,3% recebiam benefícios.

Recorde no rendimento

O ano de 2025 foi marcado pelo recorde no valor dos rendimentos individual dos brasileiros, tanto os de origem no trabalho quanto o de todas as fontes.

No ano passado, o rendimento médio mensal do trabalho ficou em R\$ 3.560, alta de 5,7% acima da inflação na comparação com 2024 (R\$ 3.208).

Quando se leva em conta todos os tipos de rendimentos – trabalho, aposentadorias, pensões, seguro-desemprego, bolsas de estudo, benefícios sociais, alugueis – a média mensal marca R\$ 3.367, expansão de 5,4% em relação ao ano anterior.

Concentração e benefícios

A Pnad mostra ainda que os 10% mais ricos da população tinham rendimento 13,8 vezes maior que os 40% mais pobres.

Outra constatação é que 22,7% das famílias brasileiras (18 milhões de domicílios) recebiam em 2025 algum benefício social do governo, seja federal, estadual ou municipal.

Fonte: CUT